RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 22 de Novembro de 2026

Deputado pede suspensão de convênio com consignatária suspeita de fraudes contra servidores de MT

Consignados em Mato Grosso

Redação com assessoria

DECRETO

Com a denúncia de taxas abusivas de juros e comprometendo financeiramente mais de 12 mil servidores públicos de Mato Grosso, o deputado estadual Wilson Santos (PSD) apresentou, nesta quarta-feira (21), durante sessão plenária, um Projeto de Decreto Legislativo que visa suspender os efeitos do convênio entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e a empresa Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A., autorizada a realizar consignações em folha de pagamento.

A proposta, de caráter urgente e urgentíssimo, busca suspender todos os descontos em folha, preservar o erário público, assegurar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e proteger os servidores de práticas abusivas e fraudulentas.

Na tribuna, o parlamentar teceu elogios ao governador Mauro Mendes (União) pela força tarefa em fazer uma análise criteriosa e rigorosa sobre a situação, como, também, aos sindicatos pela forma civilizada e urbana que conduziram essa questão. Ele informou que o secretário da Seplag, Basílio Bezerra, já proibiu através de decisão de sua pasta a realização de novos convênios de consignações em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais para amortização de cartão de crédito consignado.

“Gostaríamos que o Parlamento aprovasse esse decreto legislativo sustando os efeitos deste convênio, para que cessem imediatamente os descontos até que toda a verdade venha à tona. São taxas abusivas de um banco suspeito de ligação com facção criminosa, sem autorização do Banco Central para operar como instituição financeira. Trata-se de um pseudo-banco, que sequer registra suas movimentações conforme determina o Conselho Monetário Nacional. Precisamos impedir que mais servidores sejam arrastados para esse verdadeiro redemoinho financeiro”, frisou Wilson Santos.

Após a apresentação da proposta, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), declarou apoio à medida. “Não é só a Capital Consig que possui denúncias. Existem outras instituições envolvidas, e precisamos de explicações. Estou assinando junto com Wilson Santos, pois o que nos foi repassado é preocupante e precisa ser investigado pela Assembleia Legislativa, pois diz respeito diretamente aos nossos servidores públicos”.

O deputado Júlio Campos (União) também declarou apoio à proposição. “Diante dos abusos e da corrupção contra os servidores, não tenho dúvidas de que este decreto precisa ser aprovado por unanimidade. Além da suspensão imediata, é necessário que a Assembleia crie uma comissão especial para investigar esse caso gravíssimo, especialmente porque essa empresa sequer é um banco”, discursou.

De acordo com informações levantadas por Wilson Santos, a Capital Consig não fornece cartão físico ou virtual, realiza operações via TED/PIX (chamadas de "tele saques") e induz os servidores a acreditar que estão contratando empréstimos tradicionais. A empresa também não entrega cópias dos contratos e mais de 2 mil denúncias foram registradas nos últimos seis meses. O rendimento ilícito estimado ultrapassa 10% ao mês pela consignatária.